

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 As ciências humanas e a produção criativa humana [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-208-1

DOI 10.22533/at.ed.081192903

1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social.
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Considerando a relevância que vem sendo dada a criatividade no contexto social contemporâneo, analisar as produções científicas brasileiras sobre a criatividade na educação. A Criatividade, um fenômeno tão caprichoso e flexível de complexa definição.

Os desafios que surgem diariamente em nossa sociedade, nos requerem a capacidade de apresentarmos soluções a nossos problemas de maneira inteligente e criativa, portanto, é esta criatividade que nos direciona cada vez mais a novidade, seja através de um novo conceito, uma inovação, ou descoberta de uma nova realidade. Há quem pense que a criatividade é um talento nato, privilegio de algumas pessoas, no entanto todos nascemos com potenciais de criatividade, porém seu desenvolvimento requer uma constante utilização. O ideal seria se todos nós tivéssemos o potencial criativo estimulado em todas as fases de nossa vida, em todos os ambientes aos quais nos relacionamos. No entanto, a realidade nos apresenta situações, vivências e experiências diferentes, devido ao contexto social, histórico e cultural nos quais estamos inseridos. O ambiente familiar e escolar, recebe uma atenção especial, por ser os locais essenciais ao estímulo da criatividade, entretanto esse potencial as vezes é deixado de lado no ambiente escolar, uma vez que o mais importante neste ambiente é ser aprovado. Na realidade do ensino no Brasil e do próprio estudante que, por diversos fatores, como por exemplo o próprio meio escolar, familiar, social, histórico e cultural, dificultam seu desenvolvimento criativo, limitando seus projetos aos mais usuais. Apesar da criatividade ter sido amplamente pesquisada e estudada, tanto no campo da filosofia, quanto nos campos da psicologia e pedagogia, ciências humanas ou humanidades são conhecimentos criteriosamente organizados da produção criativa humana, estudada por disciplinas como filosofia, história, direito, antropologia cultural, ciência da religião, arqueologia, teoria da arte, cinema, administração, dança, teoria musical, design, literatura, letras apresentando várias contribuições em seus estudos, acreditamos que a produção científica criativa por estudantes e sociedade de modo geral é em sua maioria escassa, talvez por falta de recursos e até mesmo da própria criatividade das partes envolvidas. Nesta perspectiva, acreditamos que o desenvolvimento do potencial criativo no ambiente escolar, partindo da premissa de que a criatividade possibilita a motivação do estudante no processo de ensino-aprendizagem, torna-se possível assegurar que a partir da criatividade os alunos possam assumir um papel ativo neste processo, criando, decidindo e não apenas aceitando passivamente o que lhe é imposto pelo docente e ambiente educacional. A educação precisa ser vista como uma possibilidade de liberdade e criação, libertando o educando de ideias convencionais. O professor ao ensinar deve possibilitar um despertar a curiosidade do discente, capaz de conduzir o espírito investigativo, direcionando os alunos a exploração do conhecimento. Considerando que a criticidade tem certa relação com à criatividade, sendo que onde há criatividade, há criticidade,

logo, a partir da criatividade, poderemos possibilitar também o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo, comportamento que consideramos importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Nosso trabalho aqui é mostrar que é possível compreendermos um pouco mais sobre a criatividade e sua relação com o processo de ensino aprendizagem, de maneira a possibilitar uma reflexão sobre nossas práticas educacionais, e verificarmos se estamos desenvolvendo ou reprimindo a criatividade em sala de aula, nos espaços educacionais e socioculturais. Neste esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a complexidade. Considerando a relevância que a criatividade possui para o desenvolvimento de uma sociedade, a qual, é capaz de estimular o pensamento crítico-reflexivo, é necessário compreender como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre criatividade na educação brasileira e quais os aspectos sobre a criatividade estão sendo focados? Nesse esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a superficialidade do conhecer e a profundidade do saber. A produção da ciência não se resume ao sonho, mas ela está associada a uma real preocupação com a melhoria da vida das pessoas e ela só pode ser obtida pela criatividade, pela inovação e em todas as áreas do conhecimento. Diante das mudanças do mundo estamos diante de grandes desafios, de novas descobertas, talentos e inovações.

No artigo **A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO**, o autor **JOSÉ ORLANDO SCHÄFER** buscar refletir sobre o momento histórico no homem e na formação cultural de cada sociedade e justificá-los a partir das suas origens, isto é, a partir da piedade, da família, da vida, da sociedade, da razão e do desejo/amor. No artigo as **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS** as autoras Laiane Caroline Ortega, Lílian Mara Alves Garcia, Regina Maria de Souza, analisam as alterações realizadas no Código Penal (Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940) em seu artigo 121 e na lei 8.072 de 25 de julho de 1990, a Lei de Crimes Hediondos por meio da criação da Lei 13.104 (Lei do Femicídio) de 09 de março de 2015. No artigo **A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO**, o autor Ivan de Freitas Vasconcelos Junior, buscar mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero dentro da instituição. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). No artigo **A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS**, os autores Léia Adriana da Silva Santiago, Marco Antônio de Carvalho Sangelita Miranda Franco Mariano, Nathiele Cristine Cunha Silva os discorrem sobre as propostas do SEM para o ensino de história e posteriormente, apresentar os dados coletados de um questionário aplicado aos alunos do ensino fundamental, de duas escolas públicas municipais da cidade de Morrinhos, no estado de Goiás, durante o ano de 2014, que intencionou

verificar o conhecimento que estes têm a respeito da História da América Latina e se este conhecimento tem possibilitado a construção de uma consciência da integração regional e da identidade latino-americana. No artigo **ALINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE**, a autora Lariane Londero Weber buscou trazer a centralidade da análise de discurso que circula na mídia, para analisar um episódio político que obteve grande repercussão no primeiro semestre de 2017: o primeiro embate direto entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução da Operação Lava Jato. Como objetivo, pretende-se investigar a orientação discursiva da mídia nacional, que ocupa um lugar central nas relações entre os campos sociais e políticos, em abordar diversos temas através de abordagens enunciativas direcionadas ao contexto político e econômico atual. No artigo **ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS**, a autora "LUANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA buscou relatar uma experiência desenvolvida com alunos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, matriculados na disciplina de Matemática Discreta A, no período 2016/2. No artigo **Educação para as Relações Étnico –Raciais : Conhecimento e Prática Docente** os autores Alessandro da Silva Gomes, Bruna Corrêa Barradas, Maria da Conceição Pereira Bugarim, buscaram discutir sobre a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais afetará de forma positiva a vida dos negros no Brasil, torna-se necessário para o brasileiro conhecer toda a história da origem de sua cultura. No artigo **DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL**, as autoras MARIA JOSÉ POLONI, NEIDE CRISTINA DA SILVA buscou no presente trabalho tem como objeto a análise do “texto legal” em relação ao “texto real”. Esse é um estudo de cunho bibliográfico, fundamenta-se nas obras de Freire, Cury e Monteiro. Os resultados demonstram que existe uma lacuna entre o “texto legal” e o “texto real”, ampliando as desigualdades no país. No artigo **FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: RETHINK**, os autores Bárbara Fonseca Pinheiro Leão, Rodolfo Teixeira de Souza, Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior, buscaram propor uma nova ferramenta metodológica para o desenvolvimento de novos produtos, subsidiada pelo sistema de reaproveitamento de resíduos descartados, seja pela indústria ou por usuários domésticos ou também no redesign de produtos existentes. No artigo **ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO**, os autores, Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva, Francismara Neves de Oliveira, Guilherme Aparecido de Godoi, Leandro Augusto dos Reis, Luciane Batistella Guimarães Bianchini buscaram analisar as significações de alunos do ensino fundamental ii de escola estadual do município de Londrina-pr. participaram 5 alunos que cursaram o 8º ano em 2016, com histórico de reprovação, expressando sua percepção da trajetória escolar, erro e fracasso escolar. No artigo **O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA**

MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS, as autoras Mariana Tomazi e Sandra Aparecida Pires Franco buscaram promover a leitura dos professores e os educandos, possibilitando uma outra maneira de ver as obras literárias, tendo como análise as funções psíquicas superiores, em específico a memória. No artigo **LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJA DA CIDADE TIRADENTES – SP**, as autoras NEIDE CRISTINA DA SILVA, MARIA JOSE POLONI investigou e analisou se e como os estudantes autodenominados negros, na Educação de Jovens e Adultos, foram impactados pelo estudo de História e da Cultura Afro-brasileira. A problemática que estimulou esta pesquisa foi a visão negativa que esses estudantes, formam de si e dos seus pares, em decorrência da desvalorização da sua origem e cultura. No artigo **O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO FACEBOOK**, os autores Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva, Gyovanna Gomes Silva Germano e Bruno Silva de Oliveira buscam analisar dos neologismos presentes em publicações dos usuários da rede social Facebook. A coleta das palavras foi feita através da análise diária das publicações, nas quais se procurava verificar o entendimento de todos os indivíduos que interagem entre si utilizando palavras não-dicionarizadas. No artigo **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA**, os autores Deyvid Leite Lobo, Kaliane, Espanavelli Lobo e Bruno Pinto Soares buscam mostrar às condições socioeconômicas dos praticantes de capoeira, o que permitiu determinar o perfil global destes indivíduos e relacionar sua participação no processo de evolução da Capoeira, que por sua vez encontra-se no processo de inserção na dinâmica capitalista. A principal hipótese desta pesquisa, é que por não ser uma região tradicionalmente reconhecida pela prática da capoeira, teve condições diferentes das encontradas nos redutos tradicionais. No artigo **TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, os autores Marcus Vinícius Spolle e Analisa Zorzi buscam apresentar a metodologia e os resultados do projeto de ensino ligado ao Curso de Ciências Sociais da UFPel denominado **Transposição Didática**. Para tanto, situamos o debate sobre os conteúdos próprios da Sociologia no Ensino Médio. No artigo **O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**, os autores a Lucilene Schunck C. Pisaneschi busca estudar dentro das pesquisas relativas à organização do campo educacional brasileiro, a temática acerca da formação docente, tem assumido um papel de destaque, possivelmente, pelo fato da relação direta que se estabelece entre a qualidade da educação básica e a formação dos educadores que nela atuam. No artigo **ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO**, os autores Emanuele Tamiozzo Schmidt, Mariane Henz e Vânia Lisa Fischer Cossetin através de pesquisa institucional sobre em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade nos processos formativos/

educacionais na contemporaneidade. No artigo **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, os autores buscam apresentar uma análise discursiva sobre a circulação acerca do Dia Internacional da Menina. O Dia Internacional da Menina, que é comemorado no dia 11 de outubro, espalhou-se na rede social Facebook por meio de uma imagem comemorativa que retratava essa data. **No artigo IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**: os autores: Danielly Pereira dos Santos, Ana Cristina Gomes Figueiredo, Fernando José de Sousa Borges, Cassio dos Santos Barroso, João Carlos Santos de Andrade, Karla Agda Botelho Mota, Norton Balby Pereira de Araújo, Adalberto Cunha Bandeira e Samuel de Deus da Silva abordam sobre a importância da horticultura escolar uma ação que envolve professores e estudante. A pesquisa é do tipo descritiva exploratória, com delineamento de campo e bibliográfico, o objeto da pesquisa foi a Escola Estadual Girassol Tempo Integral Denise Gomide Amui. Foi aplicado um questionário a 30 alunos devidamente elaborado. Utilizou-se o método analítico para o levantamento de dados, já a coleta de informação foram *in loco*.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO	
<i>José Orlando Schäfer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929031	
CAPÍTULO 2	16
ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS	
<i>Laiane Caroline Ortega</i>	
<i>Lílian Mara Alves Garcia</i>	
<i>Regina Maria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929032	
CAPÍTULO 3	23
A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	
<i>Ivan de Freitas Vasconcelos Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929033	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS	
<i>Léia Adriana da Silva Santiago</i>	
<i>Marco Antônio de Carvalho</i>	
<i>Sangelita Miranda Franco Mariano</i>	
<i>Nathiele Cristine Cunha Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929034	
CAPÍTULO 5	50
A LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE	
<i>Lariane Londero Weber</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929035	
CAPÍTULO 6	60
ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS	
<i>Luana Oliveira de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929036	
CAPÍTULO 7	67
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONHECIMENTO E PRÁTICA DOCENTE	
<i>Alessandro da Silva Gomes</i>	
<i>Bruna Corrêa Barradas</i>	
<i>Maria da Conceição Pereira Bugarim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929037	

CAPÍTULO 8	83
DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL	
<i>Maria José Poloni</i>	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929038	
CAPÍTULO 9	96
FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: <i>RETHINK</i>	
<i>Bárbara Fonseca Pinheiro Leão</i>	
<i>Rodolfo Teixeira de Souza</i>	
<i>Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929039	
CAPÍTULO 10	108
ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO	
<i>Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva</i>	
<i>Francismara Neves de Oliveira</i>	
<i>Guilherme Aparecido de Godoi</i>	
<i>Leandro Augusto dos Reis</i>	
<i>Luciane Batistella Guimarães Bianchini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290310	
CAPÍTULO 11	124
O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS	
<i>Mariana Tomazi</i>	
<i>Sandra Aparecida Pires Franco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290311	
CAPÍTULO 12	130
LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJADA DA CIDADE TIRADENTES – SP	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
<i>Maria Jose Poloni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290312	
CAPÍTULO 13	143
O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO <i>FACEBOOK</i>	
<i>Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva</i>	
<i>Gyovanna Gomes Silva Germano</i>	
<i>Bruno Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290313	
CAPÍTULO 14	159
O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA	
<i>Deyvid Leite Lobo</i>	
<i>Kaliane Espanavelli Lobo</i>	
<i>Bruno Pinto Soares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290314	

CAPÍTULO 15	170
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	
<i>Marcus Vinícius Spolle</i>	
<i>Analisa Zorzi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290315	
CAPÍTULO 16	181
O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	
<i>Lucilene Schunck C. Pisaneschi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290316	
CAPÍTULO 17	194
ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO	
<i>Emanuele Tamiozzo Schmidt</i>	
<i>Mariane Henz</i>	
<i>Vânia Lisa Fischer Cossetin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290317	
CAPÍTULO 18	207
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Heitor Messias Reimão de Melo</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290318	
CAPÍTULO 19	218
IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Danielly Pereira dos Santos</i>	
<i>Ana Cristina Gomes Figueiredo</i>	
<i>Fernando José de Sousa Borges</i>	
<i>Cassio dos Santos Barroso</i>	
<i>João Carlos Santos de Andrade</i>	
<i>Karla Agda Botelho Mota</i>	
<i>Norton Balby Pereira de Araújo</i>	
<i>Adalberto Cunha Bandeira</i>	
<i>Samuel de Deus da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290319	
SOBRE A ORGANIZADORA	225

O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Lucilene Schunck C. Pisaneschi

Doutoranda em Educação pela UNINOVE; Pós-Graduação – UNINOVE; Universidade Nove de Julho. lupisaneschi@yahoo.com.br

RESUMO: Dentro das pesquisas relativas à organização do campo educacional brasileiro, a temática acerca da formação docente, tem assumido um papel de destaque, possivelmente, pelo fato da relação direta que se estabelece entre a qualidade da educação básica e a formação dos educadores que nela atuam.

Se existe uma certa unanimidade no que diz respeito a esta relação, podemos arriscar dizer que tal existência estende-se à necessidade de se pensar a formação inicial de professores sob novas bases. Entretanto, às formas de organização dessa formação têm inflamado os debates na área. A Legislação educacional, consubstanciada pela atual Lei de Diretrizes e Bases, acabou por delinear a possibilidade de diversificação institucional dos centros formadores. Dentro deste contexto é que se inserem os Institutos Superiores de Educação, pensados como um espaço de agregação dos cursos de formação.

O panorama legal desenhado na última década nos leva à necessidade de entender o que efetivamente vem a ser esse novo modelo organizacional e, quais as suas implicações

no processo de organização do campo educacional brasileiro. O presente trabalho tem como objetivo verificar quais as prerrogativas da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para a formação dos professores da escola básica, tendo como foco a constituição dos Institutos Superiores de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Formação inicial de professores; Institutos Superior de Educação; Legislação educacional.

INTRODUÇÃO

Uma das características que tem marcado o cenário educacional é a preocupação, por parte dos Sistemas de Ensino, das Universidades, dos educadores, dos sindicatos e da comunidade em geral, com a qualidade da educação, em especial no que se refere ao ensino básico. Tal qualidade aparece frequentemente vinculada ao processo de formação dos profissionais da educação.

Entretanto, as concepções em torno das quais se organizam esta qualidade e esta formação têm assumido conotações bastante diversas dados os distintos interesses em jogo. Interesses estes, vinculados ao lugar social ocupado pelos diferentes sujeitos na sociedade. Essa localização social é decisiva nas orientações dos programas formativos,

especialmente, no que diz respeito às definições e implementações das políticas públicas em educação.

Entendemos que as discussões acerca da temática da formação docente devem partir da premissa de que a formação é um dos elementos constituintes de um processo maior e mais complexo: o da profissionalização. Neste sentido, estamos falando de um pressuposto que parte da necessidade de se pensar as bases da formação e da profissionalização a partir de um projeto de desenvolvimento profissional, o que pressupõe a articulação entre a formação inicial, a formação em serviço e a (re) significação das condições reais de exercício do trabalho docente.

O foco de nossas reflexões neste trabalho tem como base a formação inicial dos professores que atuam na escola básica e suas relações com a moldura legal que vem sendo desenhada nas últimas décadas.

O processo de transformação do sistema capitalista e a sua conseqüente implicação na revisão dos modelos produtivos acabaram impondo novas demandas à sociedade contemporânea.

Esse contexto acabou por definir um profundo programa de Reformas tanto dos modelos de Estado, quanto das formas de organização dos sistemas de ensino. No Brasil, as reformas no campo educacional, tiveram no Ministério da Educação e Cultura o instrumento de articulação dos princípios e de execução das ações que foram dando forma à reorganização do campo educacional brasileiro. É dentro desse complexo sistema de ajustes ao novo modelo produtivo que os limites das instituições de formação de professores têm sido apontados.

Que pesem as divergências políticas e ideológicas e as conseqüentes críticas em relação a esse processo de ajuste, o que a nosso ver, são extremamente legítimas, o fato é que a insatisfação com o percurso que a formação dos professores da educação básica e a unanimidade em relação à necessidade de construção de um novo patamar formativo, são hoje uma realidade inquestionável.

As propostas que visam (re) significar o percurso dos “modelos” de formação docente partem de princípios e levam a apontamentos bastante diversos. Do ponto de vista da reorganização legal do campo educacional brasileiro, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acabou propondo uma nova forma de organização das instituições superiores de formação de professores; apontando para a possibilidade de diversificação institucional dos centros formativos. Essa possibilidade acabou acrescentando inúmeras questões no que diz respeito às relações de poder no campo da Educação Superior brasileira.

Acreditamos que a educação é uma esfera eminentemente política, o que faz dela, um campo privilegiado de disputas. Portanto, as discussões em torno da sua configuração, o que inclui, a formação dos profissionais da escola básica nada tem de neutralidade. As diferentes orientações dadas respondem à diferentes Projetos Políticos.

As considerações que aqui serão apresentadas representam um momento dentro

da pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e como tal, limitar-se-á a verificar as prerrogativas legais para a formação de professores, tendo como foco o surgimento dos Institutos Superiores de Educação e servirá como base para o prosseguimento da nossa investigação.

A FORMAÇÃO SUPERIOR DOS EDUCADORES DA ESCOLA BÁSICA - MODELOS EM QUESTÃO

A multiplicação das discussões realizadas em congressos, seminários, cursos e a intensa produção acadêmica revelam o papel de destaque que a temática acerca da formação docente tem assumido no campo educacional brasileiro.

O processo de reorganização dos modelos de produção e das relações de trabalho presentes no recente cenário internacional tem trazido novas demandas à escola básica, que passa a ser alvo de profundas críticas em razão da sua “incapacidade” de responder positivamente à estas exigências.

Tais críticas repousam especialmente na dificuldade que a escola moderna tem demonstrado em lidar com o aumento das vagas e a inserção de novos grupos sociais no ambiente educacional e acabam refletindo num movimento de culpabilização dos professores pelos fracassos que o modelo escolar têm demonstrado frente a essa nova realidade que se desenha.

Essa responsabilização parece ser um dos motores que tem movimentado os cursos de “capacitação”, e posto em xeque os modelos de formação inicial. Em relação à primeira, o que se verifica é que esta tem assumido, para muitos, um certo caráter messiânico, como se fosse capaz, por si só, de “reparar” ou “recompensar”, todos os males e “deficiências” de uma formação inicial precária e limitada.

Tal crença nos remete a dois importantes processos. O primeiro diz respeito à descaracterização da própria essência da formação continuada, entendida por nós como uma construção coletiva, permeada por um compromisso político com “a causa da educação”, que “articula o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do educador” (LIMA, 30:2001).¹

O segundo, coloca em xeque os modelos de formação inicial de professores e as instituições por ela responsáveis. Um cenário marcado pelo descontentamento e pela descrença em relação à esta formação, e pela presença de indicativos cada vez mais sólidos do seu processo de fragilidade, tem gerado inúmeras manifestações em favor de uma revisão dos seus mecanismos organizacionais.

Se há um consenso de que a formação dos professores da escola básica deva se dar em novas bases, o mesmo não ocorre em relação ao percurso a ser trilhado em direção à essa construção. Em linhas gerais, podemos destacar duas tendências em relação às propostas que visam (re) significar os modelos formativos. A primeira

¹ LIMA, Maria Socorro Lucena. A formação continuada dos professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional. Tese de doutorado, USP, 2001.

pauta-se nas questões de ordem curricular, o que inclui, renovações no campo dos programas e métodos educacionais. A outra, diz respeito à um movimento em prol de um processo de revisão institucional das entidades formativas e nos remete a questões estruturais relativas à própria organização da educação superior brasileira.

A nós, interessa uma investigação mais aprofundada em relação à esta segunda tendência, pois acreditamos que diferentes práticas institucionais tendem a remeter, à diferentes práticas curriculares.

As discussões a respeito dessa perspectiva têm sido marcadas, entre outros, por um intenso embate em torno da defesa do modelo universitário frente à perspectiva legal, consubstanciada pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que traz a possibilidade de diversificação institucional.

Alguns estudiosos têm defendido essa nova possibilidade. Para eles, não se trata apenas de discutir se a Universidade é ou não o centro de excelência no processo de formação docente, e sim de contextualizar esse debate, a partir de duas perspectivas: O real papel que esta instituição tem assumido frente ao desafio de qualificar o processo de formação inicial de professores, e, de que modelo de Universidade estamos falando.

Entendemos que qualquer discussão em torno dessas questões, têm como premissa o fato de que a organização dos diferentes espaços de formação de professores, em nível universitário, sintetiza as lutas existentes no interior do campo da educação superior brasileira e refletem, portanto, diferentes posturas e interesses políticos, econômicos, ideológicos e culturais.

UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Modelo Universitário - Entre avanços e limites

Os primeiros cursos de formação de professores em nível superior surgiram no Brasil, no bojo dos diferentes projetos de universidade emergentes nos anos 30, o que os colocou na confluência de duas diferentes tendências. Uma pautada na defesa incondicional do modelo universitário voltado para a pesquisa e para o desenvolvimento dos “estudos desinteressados”; outra, vinculada a proposta de instalação das Escolas Normais Superiores, caracterizadas por um caráter mais profissional.

Embora os pioneiros de 1932 defendessem a idéia de que a formação para o exercício da docência – em todos os níveis da educação - fosse realizada em nível superior, e que a Universidade deveria ser a instituição por excelência, responsável por essa tarefa, esta defesa, não se efetivou.

Mais de 40 anos se passaram e boa parte dos profissionais que atua(r)am na educação básica ao longo desses anos tiveram sua formação em nível médio e não superior.

A legislação Federal dos anos 60 instituiu a Universidade como modelo único de organização do ensino superior, mas contraditoriamente, o poder público fomentou uma política mercantil que- pautada na lógica – de investimentos mínimos nos setores

públicos da educação brasileira impulsionou a expansão desenfreada das instituições superiores privadas, que se organizaram em torno das faculdades isoladas.

Esse processo de expansão do ensino superior privado, estritamente vinculado aos projetos políticos que foram sendo assumidos ao longo da nossa história, passou por momentos de refluxos e avanços, mas acabou se consolidando como o principal canal de acesso ao ensino superior no Brasil, e com uma presença preponderante das faculdades isoladas em relação às Universidades.

As defesas em prol da universidade enquanto espaço institucional privilegiado da produção científica e dos estudos educacionais, tem fornecido as bases para a defesa dessa instituição como *locus* inquestionável da formação docente. Argumentam – os seus defensores – que essa atividade não pode e não deve ser desassociada do contexto de fomento da pesquisa científica.

Por outro lado, mesmo entre os defensores da Universidade como espaço de formação de professores, as críticas em relação ao papel que esta instituição tem desempenhado frente a esse desafio são inúmeras.

Para muitos, a Universidade tem se mostrado “incapaz” de equacionar a questão da formação dos educadores da escola básica, estando numa situação de inércia no tocante à necessária (re) significação das licenciaturas, que de maneira geral, encontram-se pautadas no velho modelo 3+1, que tanto tem sido criticado, em razão da sua pobreza, tanto do ponto de vista da chamada “formação de conteúdo”, quanto da pedagógica.

A situação das licenciaturas no interior das Universidades brasileiras, caracterizada pelo baixo prestígio em relação ao bacharelado, segundo Pereira, vincula-se à própria organização da instituição universitária, e às relações de poder que se estabelecem no seu interior. (PEREIRA, 2000, p. 184).

Para o autor, o modelo universitário ao fazer da pesquisa sua principal atividade, coloca as atividades de ensino num patamar de menor status acadêmico, uma vez que a produção advinda da investigação científica são acumuladas em forma de capital científico. Nesse movimento, “*o ensino de graduação, mais especificamente, o ensino voltado para a formação profissional vai seguir um processo gradativo de perda de espaço institucional e de importância simbólica.*” (p.195).² Soma-se a essa situação a desvalorização profissional da carreira do magistério, que, afeta diretamente as questões da formação inicial de professores.

Esse desprestígio das licenciaturas no interior da Universidade e o descaso político frente às limitadas condições de exercício da docência levam alguns pesquisadores a questionar o papel da Universidade frente à questão da formação dos educadores que atuam na escola básica, pontuando que, no espaço da universidade, não se constituiu um *locus* institucional específico para a formação docente, o que tem contribuído para o comprometimento cada vez maior da qualidade dessa formação.

2 PEREIRA, Julio Emílio Diniz. As relações de poder no interior do campo universitário e as licenciaturas. SP, 2000, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, nº111.

Esse quadro se agrava ainda mais, quando se leva em conta o número de Universidades Privadas em relação às Públicas.³ Essa situação leva muitos estudiosos a indagarem sobre qual Universidade estamos defendendo a hegemonia no processo de formação docente? Estariam a maioria das Universidades Privadas, organizadas a partir de um patamar de excelência no campo da pesquisa, ensino e extensão? Quais são as reais condições em que a -maior parte delas- tem formado nossos professores?

Acresce-se a este cenário o fato de que a formação dos nossos educadores estar sendo feita em instituições isoladas de ensino superior. Um levantamento realizado na cidade de São Paulo demonstra que de 138 instituições de educação superior, 96 são compostas por faculdades isoladas ou integradas, sendo 95 delas privadas. Do total destas instituições, 66 oferecem cursos de licenciatura, sendo 63 privadas.

Essa rede de relações tem orientado duas tendências: Uma propõe uma revisão institucional das Universidades, de forma que, estas, possam melhor responder à necessidade de reorganizar a formação inicial de professores.

Dentro desse ambiente uma outra possibilidade vem sendo defendida: A de que a criação de um *locus* específico para a formação de professores, poderia ser facilitada pelo processo de diversificação institucional...

REFORMAS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE- UMA DAS FACETAS DO PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Para Dourado, Oliveira & Catani (2003), o ponto de partida para se analisar o papel da educação superior na atualidade, é sua relação com o processo de reestruturação do Sistema Capitalista. Segundo os autores, o cenário que se desenha nas políticas de educação superior, é marcado por tensões e desafios que ultrapassam os conflitos do campo educacional, estendendo-se para uma esfera maior, que é a de reorganização do sistema produtivo contemporâneo e dos modelos de Estado.

No Brasil, o governo FHC se encarregou de implementar o processo de “ajuste” do Estado brasileiro frente a esse movimento. No campo educacional uma moldura legal foi construída tendo o MEC como um instrumento privilegiado na articulação dos princípios e na execução das ações que foram dando forma à reorganização deste setor. É nesse cenário, nos dizem alguns autores⁴ que a Reforma da Educação Superior precisa ser entendida, e dentro dela, os debates acerca das políticas de formação de professores.

Em relação às orientações dessas políticas, Maués (2003), nos diz que, a lógica

3 A Cidade de São Paulo, que é considerada uma área privilegiada no que diz respeito aos estudos e produções científico-acadêmicas, apresenta 15 Universidades, destas, apenas 03 são públicas. Ver anexo I

4 SILVA JR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. Estratégias e Ações Governamentais para a reconfiguração do Estado e da Educação Superior. In: Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reforma do Estado e Mudanças na produção. SP, Cortez, 2ªed. 2001.

pautou-se no receituário dos organismos internacionais. Segundo a autora, podemos destacar uma série de pontos dessa cartilha⁵. No tocante à formação inicial, um dos movimentos verificados é o processo de incentivo a Universalização/profissionalização: Tal processo é caracterizado pela busca de uma melhor qualificação, viabilizada pelo aprofundamento dos conhecimentos e pelo maior domínio no exercício da profissão. A questão que se coloca aqui pontua a autora, é que esse acesso à educação superior, tem sido feito pelo viés das instituições privadas, de maneira aligeirada e alicerçada num princípio meramente técnico-funcional respondendo, assim, à lógica do mercado.

É nesse contexto que muitos autores situam o processo de diversificação institucional e diferenciação de cursos que foi proposto pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e ratificada por uma série de Resoluções, Indicações e Pareceres do Conselho Nacional de Educação; incluindo-se aí, o incentivo aos cursos de formação de professores a serem oferecidos pelos Institutos Superiores de Educação, e a “criação” do Curso Normal Superior, para a formação de profissionais que atuam junto à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental.

Na contra-mão desse ideário, especialmente, no que diz respeito ao processo de diversificação institucional proposto para a Educação Superior brasileira, temos pontos de vista bastantes diferentes dos até aqui apontados...

Diversificar para

A pesquisadora Bernadete Gatti chama a atenção para o fato de se pensar sobre duas questões cruciais quando se fala da formação de professores em nível superior.

Para a autora, diante do contexto emblemático em que esta questão se encontra, é urgente a necessidade de se rever o papel das instituições universitárias, e tal processo, passa pela defesa do “não ao monopólio” e “não à exclusão”.⁶

O não ao monopólio refere-se à aceitação de que a formação docente possa ser realizada por outras organizações institucionais que não a universitária, o que na prática, já acontece há muito tempo.

É preciso diversificar sim para aumentar as oportunidades de participação e os leques de opções teórico-práticas. (...). Entidades de diversas naturezas poderiam assumir um papel importante no aumento das oportunidades formativas. (op. cit.p.71).

Não à exclusão, perpassa pelo bom senso de apesar do reconhecimento do limite que a Universidade brasileira tem demonstrado diante da questão da formação dos nossos professores, é premissa reconhecer também, o seu papel de “co-responsabilidade” nesse processo. Dito de outra forma, não se trata de impor a existência exclusiva de um ou outro modelo organizacional, e sim, de perceber a

5 MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas Internacionais da Educação e Formação de professores. Cadernos de Pesquisa da FCC, nº118, SP. 2003, p.100-103.

6 GATTI, B. Formação docente: O confronto necessário: Professor x Academia. SP, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, nº 81, 1992.

importância que a coexistência desses diferentes modelos podem trazer ao processo formativo. O que está posto, portanto é a necessidade de se pensar a formação de professores a partir de novas bases institucionais.

A aceitação desse pressuposto nos remete a um movimento em prol da construção de uma identidade para a formação docente. A construção dessa identidade, a partir dos princípios aqui defendidos, vincula-se à criação de um locus institucional específico para o trabalho formativo, que pode e deve estar atrelado à Universidade ou a outras formas de organização institucional.⁷

Essa rede composta por posições tão diversas, e por vezes, contrárias, não reflete simplesmente o “melhor” ou o “pior” caminho, mas sim, um trajeto, marcado por concepções, posições, e certas formas de ver o mundo e conceber as relações sociais que nele se constroem continuamente.

É precisamente nesse cenário que se inserem as discussões acerca dos Institutos Superiores de Educação...

OS INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO -

AVANÇOS, LIMITES E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

O processo de reorganização acadêmica que foi implantado a partir da atual moldura legal, classifica o ensino superior nas seguintes instâncias: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores.

Em termos legais, os ISES (Institutos Superiores de Educação), representam um esforço oficial de tentar construir um novo locus institucional para a formação de professores. Embora o desejo de criação desse “novo” espaço já aparecesse como meta no Plano Decenal de Educação para todos, foi somente com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que os Institutos aparecem como uma realidade a ser construída, na medida em que a LDB 9394/96, em seu artigo 62, previa que a formação de professores seria feita em Universidades ou em Institutos Superiores de Educação.

As Diretrizes gerais para a criação desses ambientes institucionais foram estabelecidas pelo Parecer CNE/CP 115/99 e pela Resolução CP. 01/99. O primeiro, serviu de base para a elaboração da presente Resolução, que regulamentou a criação dos ISES.

A prerrogativa legal que embasa a criação dos Institutos, os qualifica como organizações acadêmicas:

⁷ Para RISTOFF, D.I. – a redefinição do sistema de educação superior não significa o fim da universidade, esse sistema precisa contemplar tipos de instituições diferenciadas, articuladas entre si e com identidades próprias. RISTOFF, D.I Avaliação da Educação Superior: Flexibilização e Regulação. In: DOURADO, L. F. & CATANI, A. M & OLIVEIRA, J. F. de (Org.) Políticas de Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. SP, XAMÃ, Goiânia, 2003, p.137-157.

[...] de caráter profissional, (que), visam a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica [...]. (CP.01/99, Art. 1º).

Essa legislação também forneceu os “indicativos” acerca da instituição do Curso Normal Superior, que posteriormente teria suas normas estabelecidas pelo Parecer CNE/CES 970/99.

Ao definir que os Institutos deveriam ter projeto institucional próprio de formação de professores, a lei procurou garantir que o processo formativo tivesse uma especificidade no campo da formação para o magistério, e que essa especificidade estivesse atrelada ao ofício da docência, ou seja, que tivesse garantido o seu caráter profissional.

Em relação à sua organização, pode firmar-se:

- I. Como instituto superior propriamente dito, ou em faculdade, ou em faculdade integrada ou em escola superior, com direção ou coordenação do conjunto das licenciaturas ministradas;
- II. Como unidade de uma universidade ou centro universitário, com direção ou coordenação do conjunto das licenciaturas ministradas;
- III. Como coordenação única de cursos ministrados em diferentes unidades de uma mesma instituição. ” (CNE Resolução 01/99, Art. 3º).

O que podemos observar nessa orientação, e que vêm reafirmada no parágrafo único do presente artigo é que:

Em qualquer hipótese, os Institutos Superiores de Educação contarão com uma instância de direção ou coordenação, formalmente constituída, a qual será responsável por articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos de cada curso.

No que diz respeito às Universidades e Centros Universitários, estes “ decidirão no gozo das prerrogativas de sua autonomia, pelo estabelecimento de institutos superiores de educação em seu interior ou pela manutenção dos cursos de licenciatura que ministram” (Art.11)

A questão central aqui em foco é possibilitar um outro tratamento aos cursos de formação de professores. A aposta na criação de um ambiente específico para o preparo da docência, que conte com um projeto institucional definido, que seja capaz de estabelecer articulações entre as diferentes licenciaturas abrigadas e que dialogue com os projetos pedagógicos de cada uma destas licenciaturas, tem como finalidade fornecer um caminho para a constituição de uma identidade institucional aos cursos de formação de professores.

Nessa linha, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, através de uma série de deliberações e indicações, estabelece os critérios para o credenciamento dos Institutos no estado e fornecem orientações curriculares para a organização dos

mesmos.⁸

Estas orientações pautam-se na Resolução CNE/CP 01/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, esta, como os demais dispositivos legais que orientam ou deliberam acerca das temáticas em questão, constituem-se como objetos de análise por parte de muitos intelectuais, que numa perspectiva crítica apontam os diferentes pontos que, por vezes, sintetizam os limites da legislação em vigor e seu vínculo com determinados pressupostos teóricos que, na visão de muitos, comungam com o ideário reformista que tem caracterizado a política educacional brasileira.

Muitas dessas críticas são a nosso ver, legítimas e dignas de atenção. É exatamente esse movimento reflexivo que alimenta o processo de revisão dos instrumentos legais, buscando aproxima-los de uma realidade mais próxima e possível de mudanças.

Contudo, tentaremos destacar aqui alguns pontos – no entrecruzamento ente as DCNs de formação de professores e os Institutos Superiores de Educação - que consideramos significativos, uma vez que, podem vir a representar avanços reais nos rumos das políticas e programas de formação docente, desde que, efetivamente postos em prática.

O primeiro ponto a ser destacado é o esforço de se garantir que, qualquer que seja a forma de organização acadêmica em que os cursos de formação sejam oferecidos, que esta garanta uma estrutura institucional com identidade própria. O eixo que parece ordenar essa construção é a definição do caráter profissional da docência.

Esse percurso que nos parece primar pela constituição de uma marca identitária pode favorecer ou não a construção da profissionalização docente.

É preciso que se tenha cuidado para não revestir esse caráter profissional com uma manta técnico-funcional, pautada única e exclusivamente na lógica do “savoir faire”, antes, é necessário avançar no sentido de construção da *autonomia intelectual* dos nossos futuros professores; o que pressupõe além do domínio dos conhecimentos das diferentes áreas e o conhecimento do universo educacional, que vai além da relação ensino- aprendizagem. Essa autonomia é, portanto, pressuposto para o percurso de constituição de uma postura crítico-reflexiva que deve servir de base para os processos formativos, de sorte que os futuros docentes possam desenvolver uma postura que lhes permita problematizar os fundamentos do exercício da sua profissão, tanto do ponto de vista teórico-prático, quanto político e ideológico.

Por outro lado, o reconhecimento explícito de que o preparo para a atuação junto ao magistério significa o preparo para o exercício de uma profissão, pode contribuir para desconstruir antigas interpretações que viam nessa função, conotações que iam da “missão” ao “sacerdócio”, negligenciando o seu aspecto profissional, de forma que fosse bastante útil a diferentes interesses, na medida em que essa indefinição sinalizava para a desqualificação da profissão docente.

8 A esse respeito ver: CEE Indicação 07/2000; CEE Deliberação 08/2000; CEE Indicação 12/2001; CEE Indicação 21/2002.

O princípio relacional que a legislação propõe entre institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, é outro elemento que merece destaque, na medida em que busca superar a extrema falta de diálogo e fragmentação que hoje caracteriza quase todas as instituições formadoras.

A previsão por parte das instituições formadoras de espaços e condições para as discussões e o trabalho coletivo entre os formadores é um elemento de extrema importância. Há muito, as pesquisas acerca da formação continuada de professores têm apontado a riqueza que os espaços no interior das unidades escolares, coletivamente organizados a partir de um projeto pedagógico, fornecem à formação desses professores. Nada mais coerente do que trazer essa experiência para a formação dos formadores. Tal princípio pauta-se na crença de que o conhecimento é socialmente produzido, e elemento indispensável no percurso da profissionalização docente, esteja ela no nível em que estiver.

Por fim, voltemos aos ISEs. As Diretrizes Curriculares Nacionais reforçam a obrigatoriedade da criação dos institutos superiores de educação, em instâncias não detentoras de autonomia universitária; como espaços agregadores das licenciaturas. A Resolução CNE/CP.01/99, determina os critérios para a criação destes institutos. Na configuração do corpo docente que comporá os institutos a legislação prevê, em seu artigo 4º, § 1º, que será de titulação pós-graduada, conforme determina o Art. 66 da 9394/96, preferencialmente em áreas relacionadas aos conteúdos curriculares da educação básica e incluirá, pelo menos:

- “I. 10% (dez por cento) com titulação de mestre ou doutor
- II. 1/3 (um terço) em regime integral”,
- III. Metade com comprovada experiência na educação básica”

Algumas críticas tecidas a essa determinação passam pelo argumento de que houve um rebaixamento das exigências da composição do corpo docente, que nas instituições universitárias era de 1/3 de mestres e doutores. Em relação a esse argumento João Cardoso Palma Filho contrapõe dizendo que:

[...] não leva em conta que esse quantitativo não é exigido por curso, mas sim para a totalidade do corpo docente da Universidade. Também não leva em conta o fato de que a maioria dos cursos de licenciatura, inclusive os de pedagogia, está funcionando em instituições de ensino não- universitárias. (FILHO, 2004, p. 153).

Em termos legais, portanto, os Institutos Superiores de Educação, constituem-se em instâncias obrigatórias no processo de organização institucional e oferecimento das licenciaturas, para as instancias não universitárias, o que significa então, a maioria das nossas instituições de ensino superior.

Entretanto um breve olhar sobre a realidade nos revela que essa obrigatoriedade não se consubstanciou na prática, tanto no que diz respeito às instituições privadas, que segundo alguns teóricos, tinham nos institutos um excelente nicho de mercado,

quanto nas públicas, que reconhecem a dificuldade de ampliação do número de vagas a partir da criação de novas organizações, num contexto político de contenção de gastos públicos e “privatização branca” dos direitos e serviços sociais.

Na cidade de São Paulo, segundo os dados do INEP, das 66 instituições superiores que oferecem cursos de licenciatura, temos apenas 06 Institutos Superiores, todos eles privados. No Estado de São Paulo, esse número aumenta para 52, sendo apenas 01 públicos, localizado na cidade de Paulínia.⁹ Em relação aos cursos ofertados por esses institutos a maior parte é composta pelo Normal Superior, com habilitações tanto para educação infantil como para as séries iniciais do ensino fundamental. (Ver anexo III: Distribuição dos ISES em São Paulo).

Uma questão, portanto, se faz presente: A despeito das defesas ou das restrições em relação à essa nova forma de organização institucional, o fato é que ela não se firmou.

Do ponto de vista do setor público, nos perguntamos por que um estado como São Paulo, que tem a maior parte dos seus educadores formados pelas instituições privadas, de caráter não universitário, e provavelmente os mais complexos sistemas de ensino do país, não vislumbrou com a proposta dos institutos, uma possibilidade de expansão das vagas da educação pública e gratuita em nível superior?

A professora Núria Hanglei Cacete em sua tese de doutorado (2002, p. 195), já sinalizava para essa possibilidade:

Do ponto de vista do poder público, seria inviável propiciar a formação de professores pela via da ampliação e expansão do modelo de universidade dado o volume de investimentos necessários. Nesse sentido, a criação dos institutos superiores de educação pelo setor público, unindo esforços da esfera estadual e municipal, ao mesmo tempo em que requer menores custos de implantação, ofereceria uma alternativa de cursos de licenciatura públicos e gratuitos, dado que, no estado de São Paulo, essa possibilidade inexistia para além das universidades públicas.

Em relação ao setor privado, que historicamente tem se firmado hegemonicamente na configuração do ensino superior brasileiro, e, se a proposição legal dos institutos realmente representa um “acordo” tácito entre o “mercado educacional” e o então governo FHC, como fazem crer alguns pesquisadores, por que a expansão desse modelo também não se deu por essa via? Estariam os critérios e as exigências para a criação dos ISES além da velha e “boa” lógica de baixos investimentos e retorno rápido e satisfatório; ou os problemas são com a redução da demanda? Estaria a profissão docente desaparecendo?

A intenção revelada por parte do poder público, expressa na atual legislação educacional, procurou através da proposta de instituição desse novo modelo organizacional criar um locus institucional específico para a formação de professores que pudesse favorecer a constituição de uma identidade formativa a esses cursos e

⁹ Instituto de Ensino Superior FUPESP – Paulínia – São Paulo, categoria administrativa: Municipal.

à profissão docente. Teriam os ISES condições concretas de se firmarem como esse espaço diferenciado no processo de constituição de uma identidade institucional aos cursos de formação? Como esse novo ambiente institucional, criado especificamente para lidar com a docência, tem respondido, ou não, às Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores? Para além das questões teóricas, quais seriam as possíveis contribuições dos institutos superiores de educação no processo de formação de professores?

Acreditamos que a melhor forma de tentar responder algumas dessas provocações seja através de um estudo empírico, que possibilite, a partir de uma criteriosa investigação elucidar os limites e as possibilidades; os recuos e avanços, enfim, as possíveis contribuições que essa experiência institucional pode conferir a formação de professores.

É nesse contexto que se insere nossa pesquisa de mestrado. Através de um estudo de caso, buscaremos responder algumas das questões aqui levantadas e cremos que tal investigação poderá contribuir para o avanço das discussões acerca das políticas de formação de professores.

REFERÊNCIAS

CACETE, Núria Hanglei. **A formação do professor para a escola secundária e sua localização institucional: Da Faculdade de filosofia ao Instituto Superior de Educação, a referência da formação do professor de Geografia.** Tese de doutorado, SP, USP, 2002.

FILHO, João Cardoso Palma. A política nacional de formação de professores. In: BARBOSA Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** SP, Editora da UNESP, 2004.

GATTI, B. Formação docente: **O confronto necessário: Professor x Academia.** SP, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, nº 81, 1992.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação continuada dos professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional.** Tese de doutorado, USP, 2001.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **Reformas Internacionais da Educação e Formação de professores.** Cadernos de Pesquisa da FCC, nº118, SP, 2003, p.100-103.

MELLO, G. N & REGO, T.C. Formação de professores na América Latina e Caribe: Busca por inovação e eficiência. In: **Ofício de professor na América Latina e Caribe** Brasília. Julho de 2002.

PEREIRA, Julio Emílio Diniz. **As relações de poder no interior do campo universitário e as licenciaturas.** SP, 2000, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, nº111.

RISTOFF, D. I Avaliação da Educação Superior: Flexibilização e Regulação. In: DOURADO, L. F. & CATANI, A. M & OLIVEIRA, J. F. de (Org.) **Políticas de Educação Superior: transformações recentes e debates atuais.** SP, XAMÃ, Goiânia, 2003, p.137-157.

SILVA JR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. Estratégias e Ações Governamentais para a (re) configuração do Estado e da Educação Superior. In: **Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reforma do Estado e Mudanças na produção.** S.P, Cortez, 2ªed. 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-208-1



9 788572 472081